
NOTAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE FICÇÃO E HISTÓRIA EM *K. RELATO DE UMA BUSCA*

[NOTES ABOUT THE RELATIONSHIP BETWEEN FICTION AND HISTORY
IN *K.: REPORT OF A SEARCH*]

Jessica Sabrina de Oliveira Menezes¹

Karine da Rocha Oliveira²

Resumo: O presente estudo procura refletir acerca da relação entre narrativa ficcional e história em *K.: Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. Nossa perspectiva será refletir acerca do modo como o enredo e a forma de organização da narrativa contribuem para pensar a relação entre romance e história; esta como um discurso não-linear, não objetivo e elaborado a partir de um lugar. Para isso, dentre outros escritos, contribuirão as reflexões de Michel de Certeau (1982) sobre a operação historiográfica e as de Peter Burke (1992) acerca da nova história frente o paradigma tradicional de escrita da História, ao lado das análises elaboradas por Seymour Menton (1993) sobre o Novo Romance Histórico da América Latina.

Palavras-chave: Bernardo Kucinski; Ficção; História.

Abstract: This study aims to reflect on the relationship between fictional narrative and history in *K.: Report of a search*, by Bernardo Kucinski. Our perspective will reflect on how the plot as well as the organizational form of the narrative, contribute to think the relationship between novel (fiction) and history; this last one as a non-linear, non-objective speech built from one place. For this, among other writings, Michel de Certeau's (1982) reflections on the historiographic operation and those of Peter Burke (1992) will contribute to the new story against the traditional paradigm of the writing of History, alongside the analyzes suggested by Seymour Menton (1993) on the New Historical Novel of Latin America.

Keywords: Bernardo Kucinski; Fiction; History.

¹ Docente do Instituto Federal de Pernambuco – IFPE. Doutoranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE (Campus Recife – PE), área de concentração Teoria da Literatura. E-mail: jessica.oliveira@paulista.ifpe.edu.br

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: karine.oliveira@ufpe.br

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Aos 74 anos, Bernardo Kucinski inicia sua jornada enquanto escritor de literatura com *K. Relato de uma busca*, cuja primeira publicação ocorreu em 2011, pela editora Expressão Popular. No ano seguinte, a obra em questão figurou como finalista em prêmios como São Paulo de Literatura e Portugal Telecom, sendo posteriormente traduzida para diversos idiomas como espanhol, italiano, alemão e hebraico. O romance de estreia de Kucinski narra a busca empreendida por um pai, K., para obter informações sobre a filha, A.³, professora do Instituto de Química da Universidade de São Paulo – USP, que desaparecera em 1974, por ação das forças de repressão, que violentamente perseguiram militantes contrários à ditadura civil-militar brasileira.

Não é difícil perceber na tessitura do romance, ainda que no plano da similaridade, diversos acontecimentos históricos relacionados à ditadura civil-militar no Brasil, que perdurou de 1964 a 1985, tais como perseguições, torturas (psicológicas quando se trata de familiares de desaparecidos, mas também físicas quando relacionadas aos perseguidos), assassinatos. Além da correspondência em relação ao episódio que orienta a narrativa – o desaparecimento de Ana Rosa Kucinski Silva – diversos lugares são mencionados (a exemplo da Casa de Petrópolis, conhecida como Casa da Morte, na qual se torturava e assassinava militantes de esquerda), assim como a maior parte das personagens figuram sujeitos que se relacionaram de alguma forma com a cena política de então, a exemplo de Fleury⁴, Golbery⁵, Zuzu⁶, Dom Paulo⁷, militantes vários, como Yuri, Marighela, Márcio, Hamilton Pereira⁸, para ficarmos em alguns exemplos. Diante disso, a obra nos leva necessariamente a refletir acerca das relações estabelecidas entre Literatura e História. A fim de analisar características tanto do enredo quanto da estrutura da narrativa que nos levam a refletir sobre o diálogo entre esses campos do saber, faremos inicialmente uma breve reflexão a respeito da aproximação e do apartamento entre estes, operado no curso do tempo sob diferentes posturas epistemológicas.

2 LITERATURA E HISTÓRIA: FICÇÃO VERSUS REALIDADE?

A preocupação em compreender as dessemelhanças entre textos da história e textos da ficção não é recente, visto que já aparecia em Aristóteles, precisamente na *Poética*, a

3 Na narrativa, apenas estas personagens são identificadas pelas iniciais.

4 Sérgio Fernando Paranhos Fleury, delegado do Dops durante a ditadura militar, a partir de 1968.

5 Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil de Ernesto Geisel.

6 Zuleika Angel Jones, estilista, mãe de Stuart Edgar Angel Jones, torturado e assassinado pela ditadura.

7 Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo na década de 1970. Destacou-se pelo posicionamento contrário às torturas e a outros crimes praticados pela ditadura, tendo atuado junto a familiares de desaparecidos na busca por informações sobre estes.

8 Yuri (Iuri Xavier Pereira, desaparecido político), Marighela (Carlos Marighela), Márcio (Márcio Toledo Leite), Hamilton Pereira (Hamilton Pereira da Silva).

necessidade de diferenciar de alguma forma o historiador do poeta. Ao buscar uma saída à justificativa de que um se utilizava da prosa e outro do verso, o filósofo constrói uma oposição entre estes a partir da ideia de que “um [diz] as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder” (ARISTÓTELES, 1992, p. 53), de forma a voltar-se para o modo através do qual cada uma destas escritas se aproxima do universo extratextual.

Diversos estudos situados no que podemos chamar de tradição pós-aristotélica, sobretudo ao longo do séc. XX, dedicaram-se a buscar compreender o estatuto da ficção sob o viés da sua produção. Estes refletiram acerca do conceito de mimesis, tanto para refutá-lo – quando a interpretação deste levou a crer que a única possibilidade de análise de um texto literário corresponderia à necessidade de opor fato e ficção (como o fez Doležel [1997]) –, quanto para interpretá-lo com vistas ao seu alargamento – quando se compreendeu não haver em Aristóteles intenção de postular que a arte “imitaria” a vida de modo simplista, mas que seria capaz tanto de figurar uma concepção de realidade quanto de criar novos referentes (como pensou Costa Lima [1980], ao ampliar o conceito aristotélico, postulando duas vertentes para a imitação, a saber: mimesis da representação e mimesis da produção)⁹.

Nesse sentido, ao dedicar-se a cotejar a Teoria do Efeito Estético, de Wolfgang Iser, e a Teoria da *Mimesis*, de Luiz Costa Lima, Figueredo chama atenção para a ideia de que as teorias da ficção – mais recentemente – têm se voltado a investigar o *modus operandi* do texto ficcional, muito mais do que se interessam por construir definições acerca deste; definições estas que se caracterizariam por estabelecer limites bem demarcados (sobretudo reforçando oposições binárias entre realidade e representação, por exemplo). Desse modo, conforme o pesquisador pernambucano, “evita-se a elaboração de uma definição substantiva do ficcional em privilégio de uma descrição de como a ficção se constitui” (FIGUEREDO, 2013, p. 46). Em outras palavras, em vez de investir na compreensão de que o texto literário assim se constitui por oposição ao texto histórico (e vice versa), busca-se pensar nas particularidades do modo como ele se relaciona com o universo extratextual.

Essas reflexões se desenvolvem certamente como resposta a um racionalismo que ganhou espaço no séc. XIX e reavivou a discussão acerca da diferenciação entre literatura e história, estabelecendo “a verdade” como critério para tanto, com base em binarismos como ficção *versus* realidade, subjetividade *versus* objetividade.

Na América Latina, a Independência foi o ponto de partida para a escrita de boa parte dos discursos históricos, cujo objetivo centrava-se na intenção de construir uma identidade nacional, visto que “la escritura, en general, tenía como misión contribuir al ‘engrandecimiento’ y ‘civilización’ de la patria” (MENDIETA, 2003, p. 83). A história, portanto, desenvolveu-se inicialmente como forma de fomentar “atitudes patrióticas”, bem como um sentimento de lealdade ao Estado. Com esse propósito, a história positivista e documentalista primou pela “objetividade”, buscando estabelecer-se como correspondente à verdade e ignorando, portanto, sua pertença à classe das narrativas, com vistas a justificar dessa forma seu caráter científico.

A partir de 1960, entretanto, irrompem questionamentos em torno de conceitos tidos como fundamentais para o paradigma positivista, como, por exemplo, o de verdade e o de

9 Reflexões mais específicas em Silva (2013).

real. Convencionou-se denominar “virada histórica” a esse período, marcado pelo “questionamento das metodologias, da escrita e da objetividade dentro desse campo” (MOURA, 2013, p. 51). A conscientização em relação ao caráter discursivo da História sofre influência da “virada linguística”, que se caracterizou por questionar a linguagem apenas como referência a um mundo externo, independente frente a ela, em relação ao qual seu trabalho seria de tradução/representação. Foi possível perceber, então, a não correspondência entre o signo e o referente, o que permitiu compreender que categorias como “verdade” e “real”, por exemplo, são construções sociais e discursivas, cuja manutenção se dá porque relações de poder operam nesse sentido. Nesse momento, portanto, atentou-se para o caráter discursivo da História.

Ao refletir acerca desse campo, sobretudo lançando seu olhar para investigar o que entendeu por operação historiográfica, Michel de Certeau (2007), chamou atenção para a relação estabelecida entre os produtos, os procedimentos de análise que permitem construir determinada compreensão e os lugares de produção. Em suas palavras,

encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*. (CERTEAU, 2007, p. 56).

Nesse sentido, ao refletir sobre os elementos como constituintes dessa concepção de História que emerge em meados do séc. XX, o historiador francês chama atenção para o fato de que sua escrita não é neutra nem total, mas parcial, relativa a um lugar e a um tempo, bem como mediada por uma técnica.

Essa abertura para pensar a História como um discurso, ao mesmo tempo em que refuta a ideia de que esta corresponde à totalidade, abre espaço para a emergência de uma pluralidade de discursos da história (com recortes específicos) ou, pelo menos, para que estes não sigam subordinados ao paradigma tradicional, segundo o qual “a história diz respeito essencialmente à política” (BURKE, 1992, p. 10). É nessa perspectiva que se delinea a “nova história”, para a qual é difícil encontrar uma definição categórica, visto que “o movimento está unido apenas naquilo a que se opõe” (BURKE, 1992, p. 10). Ao cotejar nova história e história tradicional, Burke pretende, portanto, deixar claras as diferenças, a fim de buscar definir a nova história em termos daquilo o que ela não é. Desse modo, elege alguns pontos sobre os quais se debruça para estabelecer as dessemelhanças entre estas, dentre os quais destacamos a elaboração das seguintes contraposições: 1. de acordo com o paradigma tradicional, a história interessa-se exclusivamente pela política, já a nova história interessa-se por toda a atividade humana; 2. “os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas” (BURKE, 1992, p. 12); 3. a história tradicional oferece

uma visão de cima, concentrando-se nos feitos de grandes homens, ao passo que a nova história desloca seu olhar para a história vista de baixo, ou seja, para as pessoas comuns, para as mentalidades coletivas; 4. conforme o paradigma tradicional, a história deve se embasar em documentos (com privilégio para registros oficiais, produzidos e arquivados/preservados pelo governo), já a nova história busca outros tipos de evidência; 5. em contraposição ao paradigma tradicional, para o qual a História é objetiva e faz crer que o historiador deve apresentar os fatos “como eles realmente aconteceram”, a nova história a compreende como um discurso que se relaciona a um tempo e a um lugar.

Diante disso, não cabe mais pensar as relações entre Literatura e História partindo do pressuposto de que estes seriam campos opostos, considerando a existência de uma realidade (autônoma e no singular) a respeito da qual se elabora uma representação linear (ou seja, uma imitação de entidades realmente existentes). Literatura e História, portanto, são pensadas contemporaneamente a partir da sua condição de produções discursivas (influenciadas por um tempo e um lugar), que se relacionam com o universo extratextual a partir de métodos que guardam suas particularidades, mas não negam o estatuto discursivo dessa produção.

3 DO ENTRELAÇAMENTO ENTRE HISTÓRIA E FICÇÃO EM K. [...]

Em *K. Relato de uma busca* (2011), ao abrir o romance provocando o leitor a considerar que “tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”, o autor já aponta uma chave de leitura importante que, inclusive, faz pensar não apenas sobre as características dessa obra em particular, mas a respeito das concepções de ficção e de história que informam essa narrativa.

K. [...] é publicado no mesmo ano em que foi instaurada a Comissão Nacional da Verdade - CNV, que teve como objetivo “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas [...], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011). A criação da comissão em questão, vale esclarecer, foi impulsionada por pressão de órgãos governamentais e não-governamentais¹⁰, com vistas à abertura dos arquivos da ditadura, num movimento de defesa “da memória e da verdade”, bem como do resgate dos fatos ocorridos durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Maciel e Maciel (2019, p. 01) buscaram estabelecer conexões entre a obra em estudo e o resultado dos trabalhos da CNV, considerando que ambos “tentam dar um fechamento a esse momento traumático ao tentar abrir espaço para discussão, dando voz aos torturados ou aos que acompanharam a tortura de seus companheiros, mas que, durante décadas, foram emudecidos”. No estudo em questão, estas chamam atenção para o fato de que a política de anistia estabeleceu um contrato firmado no silenciamento, o que contribuiu para uma espécie de “amnésia nacional” no que diz respeito aos crimes e às violações cometidos nos “anos de chumbo”. No romance em análise, essa

¹⁰ Ver notícias em: <https://www.oabrij.org.br/noticias/oabrij-lanca-campanha-pela-memoria-pela-verdade> e <https://www.oabes.org.br/noticias/seminario-reune-diversas-geracoes-em-defesa-da-abertura-dos-arquivos-da-ditadura-militar-553910.html>.

crítica em relação aos danos para a memória e para a história nacionais como efeito de uma saída supostamente conciliadora (representada pela Lei da Anistia) mostra-se desde o primeiro capítulo, intitulado *Cartas à destinatária inexistente*, escrito em forma de diário pelo narrador heterodiegético que se deixa ler como irmão de A., quando reflete acerca da dor da perda sempre reavivada com a chegada de alguma correspondência a ela endereçada.

De tempos em tempos, o correio entrega no meu antigo endereço uma carta de banco a ela destinada; sempre a oferta sedutora de um produto ou serviço financeiro. A mais recente apresentava um novo cartão de crédito, válido em todos os continentes, ideal para reservar hotéis e passagens aéreas; tudo o que ela hoje mereceria, se sua vida não tivesse sido interrompida. Basta assinar e devolver no envelope já selado, dizia essa última carta.

[...]

O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar. Assim como o ignoraram antes dele, o separador das cartas e todos do seu entorno. O nome no envelope selado e carimbado, como a atestar autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento do rol dos mortos. (KUCINSKI, 2016, p.13;15)

É possível atentar, portanto, para o fato de que o entrecruzamento entre fictício e fático aponta para o compromisso que obras como esta estabelecem com uma releitura crítica desse período da nossa história.

As referidas pesquisadoras reconhecem as contribuições da CNV para o rompimento dessa espécie de “contrato de silenciamento” imposto pela Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979). Por outro lado, enxergam como um limite dos trabalhos realizados – e sobretudo da recepção dos seus resultados pelas autoridades públicas – a inexistência de encaminhamentos para que estes pudessem se refletir de modo mais efetivo no contexto educacional e social, ampliando acesso a eles para toda a sociedade brasileira. Para elas,

é nesse contexto, pois, que se justifica a relevância de um trabalho literário que, ao mesmo tempo, cumpre a função até mesmo política de refletir os temas que envolvem a relação entre memória e história na recusa do esquecimento bem como na denúncia dos crimes cuja repetição se mostra um risco para o presente.

Em outros termos, não se fez justiça real para com os torturados, e muito menos para com aqueles cuja voz foi definitivamente emudecida: as *testemunhas* “em grau máximo” desse passado (num entendimento tomado de Primo Levi e Agamben), os silenciados pela destruição física, cujos algozes saíram ilesos. (MACIEL; MACIEL, 2019, p. 05-06).

A partir do pensamento esboçado por Maciel e Maciel (2019), portanto, é possível atentar para uma função certamente já sugerida pelo próprio título da obra, a de livro-testemunho, visto que importa do “relato” o compromisso de testemunhar/narrar algo, supostamente “da forma como teria acontecido”. Entretanto, no exercício desse compromisso, a obra contribui para repensar a relação de oposição entre textos da história e textos da literatura, ligada à concepção positivista da História, ampliando a discussão para além do binarismo utilizado por Philippe Lejeune (2008) entre “pacto referencial” *versus* “pacto ficcional”, quando se voltou a investigar diversos aspectos relacionados à autobiografia. Segundo o professor e ensaísta francês,

em oposição a todas as formas de ficção, a biografia e a autobiografia são textos *referenciais*: exatamente como o discurso científico ou histórico, eles se propõem a fornecer informações a respeito de uma ‘realidade’ externa ao texto e a submeter portanto a uma prova de *verificação*. [...] Todos esses textos referenciais comportam então o que chamarei de *pacto referencial* [...]. (LEJEUNE, 2008, p. 36).

Nesse sentido, por mais que utilize o termo “relato” no título e possa ser lida como testemunha de um momento histórico específico pelo qual passou o País – na perspectiva de dar voz às pessoas desaparecidas, sequestradas, presas, torturadas por agentes de Estado, assim como a seus familiares, os quais o regime alcança com o que Michael (2016, p. 17) denominou de “estratégia de aniquilamento expansivo” para se referir às implicações do desaparecimento forçado – o romance em questão não adota o modelo de narrativa única e totalizante (o que aludiria ao paradigma positivista), visto que o narrador, constituído como heterodiegético na maior parte da narrativa, não apenas se confunde com o irmão da desaparecida, aquele que se apresenta em primeira pessoa em dois capítulos que guardam as características do diário¹¹ (tais como o registro de um fato, as reflexões de quem faz o registro e a data), quanto se ausenta em alguns outros, nos quais sujeitos diversos assumem a narração¹². Com isso, a obra aponta tanto para a perspectiva plural adotada pela nova história no que diz respeito à diversidade de registros a serem considerados pelo historiador como para a ideia segundo a qual um fato se oferece a diferentes olhares e por eles se constrói.

4 K. [...] E O NOVO ROMANCE HISTÓRICO LATINO AMERICANO

K. *Relato de uma busca* (2011) traz como fio principal a conduzir a narrativa o desaparecimento de A. e a conseqüente busca por informações suas empreendida por seu pai K., iniciais que remetem, respectivamente, ao nome da professora de química da USP e

11 São eles: *As cartas à destinatária inexistente*, que abre a obra, e *Post Scriptum*, que a encerra.

12 A título de exemplificação, indicamos os seguintes capítulos: i. *Carta a uma amiga*, composto por carta escrita por A. para uma amiga; ii. *A cadela*, no qual se lê uma espécie de fluxo de consciência de um agente da repressão; iii. *O livro da vida militar*, com reflexões de um general cassado por ser contrário ao regime; iv. *Paixão, compaixão*, monólogo da amante de Fleury diante de uma interlocutora supostamente parente de algum desaparecido.

militante de esquerda Ana Rosa Kucinski Silva, desaparecida em 1974, e ao sobrenome de seu pai Majer Kucinski. Para além dessa relação entre os nomes e a representação das personagens por suas iniciais, a obra traz inúmeras referências extratextuais, dentre as quais destacamos: i. o pronunciamento do Ministro da Justiça, via rádio, com o objetivo de apresentar versão oficial acerca do “paradeiro dos desaparecidos”¹³, ocorrido em 1975 (TELES, 2010); ii. a atuação de Dom Paulo Evaristo Arns no apoio às famílias que buscavam entes desaparecidos (apresentando levantamentos e cobrando posicionamentos do Estado acerca da localização destes)¹⁴; iii. a constituição de processo administrativo que culminou na demissão de Ana Rosa Kucinski Silva da USP, por abandono de suas funções¹⁵. Em paralelo, a obra traz capítulos dedicados a figurar possíveis conversas e reflexões tanto por parte de personagens cujos nomes encontram referentes extratextuais, tais como Golbery, Fleury, a amante deste (Leonora Rodrigues de Oliveira, cujo nome não é expresso no romance), quanto de figuras ficcionais como Jesuína, a terapeuta do INSS, informantes do regime com os quais K. buscou informações (embora sem sucesso), e policiais que o extorquiram sob a alegação de saberem a localização na qual o corpo de sua filha havia sido enterrado. A condição dessa narrativa – que se organiza de modo não linear e apresenta visões diversas sobre a ditadura civil-militar no Brasil – concorre para possibilitar uma releitura crítica desse momento histórico sob perspectivas diferentes daquela eleita para figurar como versão oficial adotada pelo Estado, que consistiu em apresentar militantes de esquerda como terroristas – portanto perigosos opositores da pátria –, ora divulgando versões inverídicas sobre o assassinato de alguns, ora omitindo os corpos de outros. A título de exemplo, dentre as diversas situações em que obra indica variadas estratégias utilizadas num jogo perverso de contraprovas, que concorria não apenas para confundir a opinião pública como para desestimular familiares a buscarem seus entes desaparecidos, selecionamos o trecho abaixo, correspondente ao pronunciamento oficial do ministro da Justiça.

O presidente anunciara que, ao meio-dia em ponto, o ministro da justiça Armandinho Falcão revelaria o paradeiro dos desaparecidos.

[...]

E assim é. Meio-dia começa a transmissão. Nomes são ditos aos poucos em ordem alfabética. Em K. a esperança se esvai. O nome da filha, que por essa ordem deveria estar entre os primeiros, não chega. Outros que acompanham atentos o comunicado são tomados pela perplexidade. Este está foragido, este outro nunca foi preso, este também está foragido. Fulano já foi libertado depois de cumprir pena.

[...]

13 Capítulo intitulado *Nesse dia, a Terra parou*.

14 Sinalizada em alguns capítulos, como, por exemplo, *O matrimônio clandestino e Nesse dia, a Terra parou*.

15 Capítulo intitulado *A reunião da Congregação*.

Em vez de vinte e duas explicações, vinte e sete mentiras. Eis que, ao final, aparece uma referência à filha de K. Dela, diz o comunicado, assim como do marido e dois outros, não há nenhum registro nos órgãos do governo.

Os militares cumpriram a promessa do presidente à luz da doutrina da guerra psicológica adversa. Nessa modalidade de guerra, confundir o inimigo com mentiras é um recurso legítimo; equivalente às cortinas de fumaça da guerra convencional. (KUCINSKI, 2016, p. 63;64)

Desse modo, percebe-se não ser possível, ao pensar sobre a obra em estudo, prescindir da reflexão em torno da relação dialógica que ficção e história aqui estabelecem. A narrativa em questão, portanto, sinaliza seu caráter híbrido, caracterizado pelo compromisso em reler a ditadura civil-militar brasileira através do discurso ficcional, o que permite aproximá-la do que Menton (1993) chamou de “novo romance histórico latino-americano”.

Antes de seguir com essa tentativa de leitura, no entanto, abriremos parênteses para recuperar momentos importantes referentes tanto ao surgimento de estudos sobre o romance histórico quanto a sua produção na literatura brasileira.

Abrir parêntese.

A esse respeito, apesar de fatos e personagens históricos terem encontrado lugar em narrativas ficcionais certamente desde a Antiguidade, é importante salientar que a crítica especializada costuma localizar historicamente o surgimento desse gênero no início do séc. XIX, tendo como ponto de partida as publicações de *Warveley* (1814) e *Ivanhoe* (1819), de Walter Scott. Sobre o estudo das particularidades destas debruçou-se György Lukács (ao conceber, em 1937, a obra intitulada *O romance histórico*), a fim de delinear as características do romance histórico tradicional, iniciando, assim, a produção teórica a respeito desse subgênero (ESTEVEZ, 2010) romanesco. Lukács (2011) preocupou-se em analisar, dentre outras questões (a exemplo das diferenças entre o romance histórico e o drama histórico no que diz respeito à figuração da história), a composição das personagens e sua condição nas narrativas de Scott, da mesma forma que pensou o modo como a historicidade as compõe, no intuito de justificar as razões que o levam a considerar que com Scott se inaugura o romance histórico. Para o filósofo húngaro, “o que falta ao pretense romance histórico anterior ao de Walter Scott é o elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo” (LUKÁCS, 2011, p. 33). Dessa forma, sua análise permite refletir acerca da existência humana como historicamente condicionada; em outras palavras, ele entende que a obra scottiana conduz o leitor a observar o quão o momento histórico é capaz de determinar a existência cotidiana dos sujeitos, entendendo ser este o “elemento especificamente histórico” que constitui o romance histórico como tal. Além disso, quanto à condição das personagens na organização da narrativa, Scott coloca em evidência personagens fictícias, caracterizadas por sujeitos medianos, enquanto situa figuras históricas num plano de fundo, a fim de que, com isso, seja possível aludir a determinado período histórico do qual estas fizeram parte. De acordo com seu pensamento, portanto,

o que importa para o romance histórico é *evidenciar*, por meios *ficcionais*, a existência, o ser-precisamente-assim das circunstâncias e das personagens históricas. O que em Scott se chamou de maneira muito superficial de “verdade da atmosfera” é, na realidade, essa evidência ficcional da realidade histórica. (LUKÁCS, 2011, p. 62).

A fim de sintetizar as considerações elaboradas por Lukács (2011) acerca do romance histórico, para ele delineado conforme o modelo scottiano, Esteves (2008, p. 58) observa que

o esquema básico do romance histórico criado por Scott, que acabou por se impor, obedecia a dois princípios básicos. O primeiro deles é que a ação ocorre num passado anterior ao presente do escritor, tendo como pano de fundo um ambiente histórico rigorosamente reconstruído, onde figuras históricas ajudam a fixar a época. Sobre esse pano de fundo, situa-se uma trama fictícia, com personagens e fatos inventados pelo autor.

Suas primeiras manifestações no Brasil se deram em momento pouco posterior à Proclamação da República, ou seja, durante o Romantismo, e contribuíram para consolidar o conceito de nação, assim como para acentuar características locais, com o objetivo de delinear uma identidade independente da metrópole (ESTEVES, 2010). De acordo com Esteves (2010), ao passo em que se percebe uma profusão em sua produção, o romance histórico filiado à tradição scottiana vai sofrendo modificações diversas, tais como a reapropriação (por meio de paródia e pastiche, por exemplo) de episódios como o “Descobrimento” e a Independência, realizada pelo Modernismo, com o objetivo de repensar/questionar o tom heroico dessas narrativas, bem como a abertura de espaço para focalizar sujeitos marginalizados/excluídos socialmente, o que foi possível a partir da década de 1950.

Fechar parêntese.

Ao analisar um conjunto de obras da literatura hispano-americana (dentre as quais incluiu romances da literatura brasileira), Seymour Menton (1993), em *La Nueva Novela Histórica de la America Latina 1979-1992*, busca elaborar um panorama acerca da produção desse período, no que diz respeito ao que considerou o novo romance histórico latino-americano, bem como pretende apontar características comuns a estes. Como resultado de sua imersão nessas obras, delineou alguns traços como diferenciadores do novo romance histórico latino-americano em relação ao modelo tradicional scottiano, dentre os quais destacamos: i. subordinação, em diferentes graus, da produção mimética a uma concepção filosófica segundo a qual é impossível captar a realidade ou a verdade histórica (assim como se compreende a história de forma cíclica, abandonando a concepção relacionada à sua linearidade da historiografia tradicional, que informou o romance histórico tradicional); ii. distorção consciente da história mediante omissões, exageros e anacronismos; iii. presença de conceitos baktinianos, tais como o dialógico, o carnavalesco, a paródia e a heteroglossia (multiplicidade de discursos, conforme o crítico literário estadunidense; em outras palavras, polifonia) (MENTON, 1993, p. 42-45).

Por mais que não seja possível localizar o romance de Kucinski no período compreendido pelo recorte estabelecido por Menton para selecionar as obras que compuseram seu estudo, é admissível lançar mão dos traços que este apresenta, como chaves de leitura para interpretar as relações que ficção e história estabelecem em *K. [...]*. Conforme já apontamos, a narrativa – no romance em estudo –, afasta-se do modelo scottiano no que diz respeito à construção do enredo, que não se dá de forma linear, além de apresentar-se contaminado por outras formas narrativas, a exemplo da carta e do diário. A essa característica, agrega-se o fato de que capítulos inteiros são dedicados a apresentar ao leitor visões outras, constituindo – assim – um mosaico acerca do período histórico ali figurado. Ademais, as distorções empreendidas na obra em relação à história se constituem como um movimento para reler criticamente a história oficial, influenciada pela versão oficial apresentada pelo Estado, que empreendeu esforços para sufocar a memória das vítimas, assim como o fez com seus corpos, desaparecidos sem deixar vestígios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o romance de estreia de Bernardo Kucinski, *K. Relato de uma busca*, como se pode perceber ao longo da discussão proposta, não pretende como figurar como tratado de História (conforme a concepção, presente no séc. XIX, de que seria característica desse campo do saber não apenas a neutralidade como um afastamento em relação aos eventos narrados), muito menos objetiva reforçar o imaginário de que a ficção é, por condição inelutável, apartada da realidade. Na verdade, em diálogo com as reflexões que se desenvolveram a partir de meados do séc. XX tanto em torno da História quanto da literatura, a obra possivelmente indica essa espécie de diálogo, de imbricamento, como uma saída para a polarização anteriormente apontada. A obra em questão toma como ponto central a busca de fato empreendida pela família de Ana Rosa Kucinski Silva, que não obteve respostas acerca de seu desaparecimento. A respeito desse vazio, conforme consta no *Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964* (1995, p. 256), “nas pesquisas feitas pelos familiares aos arquivos do antigo DOPS/SP apenas uma ficha foi encontrada onde se lê: ‘presa no dia 22 de abril de 1974 em SP’”. Nenhuma documentação mais específica, ausência de rastros e do corpo.

Percebe-se em *K. [...]* a apropriação estética desse vazio, que representa um trauma simultaneamente individual e coletivo pelo qual diversas famílias foram atravessadas, uma vez que, “de acordo com o livro *Dossiê ditadura*, foram levantados os nomes de 257 mortos e 169 desaparecidos por motivos políticos, vítimas da ditadura instalada em 1964, totalizando 426 pessoas. Na sua maioria, foram mortas sob tortura ou desapareceram em virtude de ações dos órgãos de repressão política.” (TELES, 2010, p. 253). O romance, portanto, empreende uma imprescindível releitura crítica da história oficial, responsável por inocentar culpados; culpabilizar vítimas diretas de torturas, assassinatos e desaparecimentos; assim como por desassistir vítimas por extensão, como os familiares, aqui representados pelo pai devastado pela inexistência de repostas e pelo corpo ausente.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Ars Poetica, 1992.
- BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 20 out. 2020.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- COSTA LIMA, Luiz. *Mimesis e modernidade: formas das sombras*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- DOLEŽEL, Lubomir. Mimesis y mundos posibles. In: DOMÍNGUEZ, Antonio Garrido (org.). *Teorías de la ficción literaria*. Madrid: Arco/Libros, 1997. p. 69-94.
- DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Comissão responsável Maria do Amparo Almeida Araújo... et al., prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, apresentação de Miguel Arraes de Alencar. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.
- ESTEVES, Antonio R. Considerações sobre o romance histórico (No Brasil, no limiar do séc. XXI). *Revista Literatura, História e Memória*, Cascavel, vol. 4, n. 4, p. 53-66, 2008.
- ESTEVES, Antonio R. *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- FIGUEREDO, Thiago da Câmara. Teorias da Ficção: semelhanças e diferenças entre a Teoria do Efeito Estético, de Wolfgang Iser, e a Teoria da *Mimesis*, de Luiz Costa Lima. In: FARIAS, Sônia L. Ramalho de; PEREIRA, Kleyton Ricardo Wanderley [orgs.]. *Mimesis e Ficção*. Recife: Pipa Comunicação, 2013. p. 45-72.
- KUCINSKI, Bernardo. *K. Relato de uma busca*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MACIEL, Marta Maria Aragão; MACIEL, Ana Cristina Aragão. *A memória em resistência: um diálogo*

entre a obra ficcional K. *Relato de uma busca* e a comissão nacional da verdade. In: 30º *Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil*. Recife: Anpuh, 2019. v. 01. p. 01-13.

MENDIETA, Alexander Betancourt. La nacionalización del pasado. Los orígenes de las “historias patrias” em América Latina. In: SCHMIDT-WELLE, Friedhelm (ed.). *Ficciones y silencios fundacionales: literaturas y culturas poscoloniales en América Latina (siglo XIX)*. Madrid: Iberoamericana, 2003. p. 81-100.

MENTON, Seymour. *La nueva novela histórica de la América Latina, 1979-1992*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MICHAEL, Joachim. Memória do desaparecimento: a ditadura no romance K. *Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. *Teresa revista de Literatura Brasileira* [17]; São Paulo, p. 15-30, 2016.

MOURA, Aline de Almeida. *A arte de escrever histórias: experimentos contemporâneos de historiografia literária*. Dissertação (Mestrado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 163, 2013.

SILVA, Frederico José Machado da. Sobre o mundo da ficção: fronteiras, definições e inconsistências. In: FARIAS, Sônia L. Ramalho de; PEREIRA, Kleyton Ricardo Wanderley [orgs.]. *Mímesis e Ficção*. Recife: Pipa Comunicação, 2013. p. 15-44.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 253-298.

